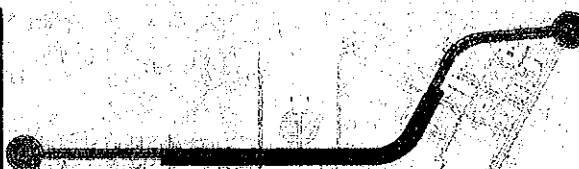


A reunião
11/04/07
João

SRUFÁTIMA, E.E.M. RELATÓRIO E CONTAS '2010



> 2010



> 2011



> 2012

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Sumario executivo	7
Introdução	8
Envolvente Macro Económica	9
Organograma	10
Acções desenvolvidas – contratos programa, competências delegadas e/ou acordo de cooperação/investimento 2010	11
Requalificação Urbana das 4 Principais Vias de Entrada em Fátima	11
Plano de Acção Integrada de Valorização Urbana – FÁTIMA 2017	11
Brigada de Intervenção Urbana de Fátima	11
Elaboração da Candidatura no âmbito do PIT para o projecto do sistema da Gestão Integrada da Mobilidade na Cova da Iria (SGIMCI)	12
Sistema Integrado de Mobilidade da Cova da Iria – Plano/Estudo Prévio	12
Beneficiação da EN 360 - Estrada de Minde (troço rotunda sul, limite urbano)	12
Execução do processo expropriativo, parcelas confinantes Av. D. José Alves Correia da Silva	13
Regeneração Urbana de Aljustrel	13
Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria – Assessoria e Acompanhamento	13
Loja de Reabilitação Urbana	15
Beneficiação de infra-estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da vinda do Papa	16
Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva	16
Outras actividades desenvolvidas 2010	19
Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII	19
Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) em Fátima	19
Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) da Rua de Santa Isabel, em Fátima	19
Relocalização do parque infantil existente na Praça Paulo VI, em Fátima	20
Qualificação do Santuário de Nossa Senhora da Ortiga	20

Recepção a Sua Santidade Papa Bento XVI	20
Recursos Humanos 2010	21
Relatório de gestão	22
A) A EVOLUÇÃO DA GESTÃO NOS DIFERENTES SECTORES EM QUE A SOCIEDADE EXERCEU ACTIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES DO MERCADO, INVESTIMENTOS, CUSTOS, PROVEITOS E ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:	22
B) OS FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:	27
C) A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE:	27
D) O NÚMERO E O VALOR NOMINAL DE QUOTAS OU ACÇÕES PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO, OS MOTIVOS DESSES ACTOS E O RESPECTIVO PREÇO, BEM COMO O NÚMERO E VALOR NOMINAL DE TODAS AS QUOTAS E ACÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS NO FIM DO EXERCÍCIO:	27
E) AS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 397.º:	28
F) UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA:	28
G) A EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:	28
H) OS OBJECTIVOS E AS POLÍTICAS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS, INCLUINDO AS POLÍTICAS DE COBERTURA DE CADA UMA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE TRANSACÇÕES PREVISTAS PARA AS QUAIS SEJA UTILIZADA A CONTABILIZAÇÃO DE COBERTURA, E A EXPOSIÇÃO POR PARTE DA SOCIEDADE AOS RISCOS DE PREÇO, DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ E DE FLUXOS DE CAIXA, QUANDO MATERIALMENTE RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO E DO PASSIVO, DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, EM RELAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS: ...	28
DOCUMENTOS ADICIONAIS	29

SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Vereador Nazareno do Carmo -- Pelouro Fátima

4

Eis-nos chegados ao fim deste primeiro ano de mandato.

Por gestão estratégica do Município de Ourém, foi entendimento deste executivo definir um pelouro para Fátima atribuindo-lhe competências de gestão e planeamento da Freguesia de Fátima e atribuiu essas Competências ao Vereador Nazareno do Carmo. A inovação e ambição desta medida reconhecem assim no seio do Município de Ourém o carácter específico da Cidade de Fátima.

É ainda entendimento que a SRUFÁTIMA deve ser o veículo privilegiado para operacionalizar esta estratégica, pelo que o Vereador com o Pelouro Fátima, foi indicado para Presidir a esta Sociedade.

A grande preocupação durante o exercício de 2010, foi sem dúvida a colaboração na preparação e lançamento dos concursos internacionais para a adjudicação das obras de reabilitação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, quer da parte do Município, quer do Santuário.

Também no que concerne a esta concretização, se verificou a constatação da inadequação do anterior projecto e houve que proceder à execução de um outro, com menos gastos recorrendo a outro atelier, com maior proximidade e flexibilidade, dando-nos garantias do cumprimento dos prazos apertados a decorrer e que era imperioso cumprir.

A par desta iniciativa, que levou igualmente à conversação e a inúmeras reuniões de negociação com os proprietários confinantes da dita Avenida, decorreu uma outra, não menos envolvente e igualmente de grande responsabilidade para a Cidade, Município e País, ou seja, a preparação da visita a Fátima de Sua Santidade o Papa Bento XVI. Relativamente a esta acção a actividade verificou-se a nível de criação e preparação de condições de funcionamento

de todas as estruturas subsidiárias, assim como á realização de 18 obras de relevo a nível de requalificação de ruas e limpeza de terrenos para o aumento das áreas de estacionamento na malha urbana.

Verificou-se igualmente a abertura da Loja de Reabilitação Urbana, fruto de uma candidatura aprovada já existente e que nos permitiu a anexação dos serviços administrativos, de atendimento e técnicos da SRUFÁTIMA, numa óptica de maior proximidade da área de intervenção e da população da zona urbana, o que nos tem permitido um atendimento dos munícipes, evitando a sua deslocação e dando maior celeridade às suas pretensões.

Também nos mereceu uma maior atenção e dedicação a Brigada de Intervenção Urbana (BIU), que tem assim efectuado um trabalho mais eficaz junto da população, por forma a garantir a manutenção e cuidado que quer a cidade quer a freguesia necessitavam e merecem.

A colaboração activa no projecto “Cidade Natal”, foi igualmente relevante, numa iniciativa que se revelou extremamente útil para a cidade e para o tecido empresarial, contribuindo de forma efectiva para a diluição da sazonalidade, acção aliás, na qual se deve continuar a investir tornando-a cada vez mais completa e aliciante, como um investimento imprescindível para o desenvolvimento e estabilidade da cidade e da freguesia, tentando com o decorrer dos tempos criar tradição e hábitos de frequência.

Tem-se igualmente desenvolvido trabalho na área da mobilidade, que nos preocupa e que tem que merecer da nossa parte uma atenção de veras especial, em conjunto com as demais forças vivas da cidade, Município, Santuário, ACISO e GNR e que tem a ver com a movimentação, trânsito, estacionamento e sinalética entre outras.

Verificou-se na realidade um aumento de custos, que teve logicamente a ver com este maior envolvimento da Sociedade nesta recuperação dos assuntos directos da cidade que se encontravam em atraso e que por esta via deixaram de ser uma preocupação do Município, além de que corresponderam também a afectação de meios de outras áreas já existentes no universo camarário, como exemplo é a transferência da brigada de jardinagem da Ambiourem. Também de referir, que parte dos custos com a Loja de reabilitação, correspondem a uma candidatura cujos valores não foram ainda recebidos do QREN.

São reconhecidos constrangimentos pontuais de tesouraria, que não são de ordem estrutural, mas terão a ver com o valor que se encontrava em atraso já de 2009 e relativo às



SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

liquidações da execução da EN 360 (Est. Minde) e com o facto de se terem facilitado ultimamente as transferências do Município, por consideração com a débil situação financeira do mesmo.

Relativamente ao futuro e apesar dos tempos sombrios que se avizinham, as perspectivas são animadoras, uma vez que com a execução da obra da Avenida e com a relevância da eminente alteração dos estatutos e do objecto social da empresa, se vislumbram melhores condições de subsistência e até quem sabe, de auto-suficiência da empresa, contando com uma maior intervenção na vida activa da Freguesia e da Cidade de Fátima.

Nazareno do Carmo

Presidente do Conselho de Administração

SUMARIO EXECUTIVO

A 1 de Janeiro de 2010 iniciou funções o actual Conselho de Administração, com renovadas directrizes e com uma visão de futuro imediato alargado a outras áreas de actividade. O ano de 2010 caracteriza-se por uma não de transição para nova missão.

Entre outros objectivos não menores, foi atingido o grande objectivo de se estar em condições de se lançar o concurso público internacional para as empreitadas de requalificação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, em tempo próprio para se viabilizar a Candidatura a Financiamento do QREN, no âmbito da PARUF. Este investimento é estruturante para a Cidade de Fátima e quando este Conselho de Administração assumiu funções, o diagnóstico não foi de todo animador.

A economia portuguesa registou um crescimento de 1.4 por cento em 2010, reflectindo o expressivo crescimento das exportações, do consumo privado e do consumo público, que mais do que compensou a significativa queda do investimento.

Relativamente às condições de financiamento, as actuais hipóteses reflectem a informação disponível nos mercados financeiros em meados de Março de 2011, que aponta para um aumento gradual da taxa de juro de curto prazo de referência (taxa do mercado monetário interbancário para operações a 3 meses).

Finalmente, uma referência à inovação no registo contabilístico das contas atendendo à alteração para o SNC e ponderando alterações de relacionamento com o Município, nomeadamente a nível da redacção a dar aos contratos programa, conforme se trate de acordos de cooperação/investimento ou outros acordos de colaboração. Considerando ainda o aconselhamento recolhido junto de diversas entidades e naturalmente conciliado com o auditor externo, procede-se a uma inovação no registo contabilístico, que se traduz num reconhecimento inferior de proveitos. Como a inovação não tem impacto no registo de custos, naturalmente é perceptível que serão agravados os resultados negativos.

INTRODUÇÃO

A 15 de Fevereiro de 2006 é constituída a **SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M. (SRU)**, no cumprimento de deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal de Ourém, de Abril de 2005, sendo o capital social da sociedade detido na totalidade pelo Município de Ourém. A empresa está assim alicerçada desde logo pelo Regime Jurídico do Sector Empresarial Local e pelo Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação Urbana.

Após publicação da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro, em Junho de 2008, foi decidido alterar a denominação social para **SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.** e readaptar os seus estatutos.

Assim a acção da SRUFATIMA, E.E.M. resulta na sua essência da delegação de competências do Município de Ourém no âmbito da promoção do desenvolvimento local, incumbindo-lhe assegurar a promoção do crescimento económico local, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social. A acção no desenvolvimento do objecto social desta, resultam de directrizes emanadas da tutela.

A 1 de Janeiro de 2010 iniciou funções o actual Conselho de Administração, com renovadas directrizes e com uma visão de futuro imediato alargado a outras áreas de actividade. O ano de 2010 é um ano de transição para nova missão.

Entre outros objectivos não menores, foi atingido o grande objectivo de se estar em condições de se lançar o concurso público Internacional para as empreitadas de requalificação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, em tempo próprio para se viabilizar a Candidatura a Financiamento do QREN, no âmbito da PARUF. Este investimento é estruturante para a Cidade de Fátima e quando este Conselho de Administração assumiu funções, o diagnóstico não foi de todo animador.

ENVOLVENTE MACRO ECONÓMICA

“....

A economia portuguesa registou um crescimento de 1.4 por cento em 2010, reflectindo o expressivo crescimento das exportações, do consumo privado e do consumo público, que mais do que compensou a significativa queda do investimento. No caso do consumo privado observou-se um forte dinamismo no final do ano, em parte associado a alterações de natureza fiscal (ver caixa “A evolução das vendas de automóveis em 2010”). Esta evolução do PIB consubstancia uma ligeira revisão em alta do crescimento da actividade em relação ao antecipado no Boletim Económico do inverno.

Relativamente às condições de financiamento, as actuais hipóteses reflectem a informação disponível nos mercados financeiros em meados de Março de 2011, que aponta para um aumento gradual da taxa de juro de curto prazo de referência (taxa do mercado monetário interbancário para operações a 3 meses).

Em relação às taxas de juro da dívida soberana portuguesa a 10 anos, a hipótese técnica, de manutenção do diferencial da taxa de juro face à Alemanha no horizonte de projecção, implica uma gradual subida ao longo de 2011 e 2012. Adicionalmente, admite-se a manutenção de condições particularmente restritivas de acesso dos bancos nacionais aos mercados internacionais de dívida por grosso, não obstante esta projecção não incorporar uma desalavancagem do sector bancário.

....”

In “Banco de Portugal, Boletim Económico, Primavera 2011”

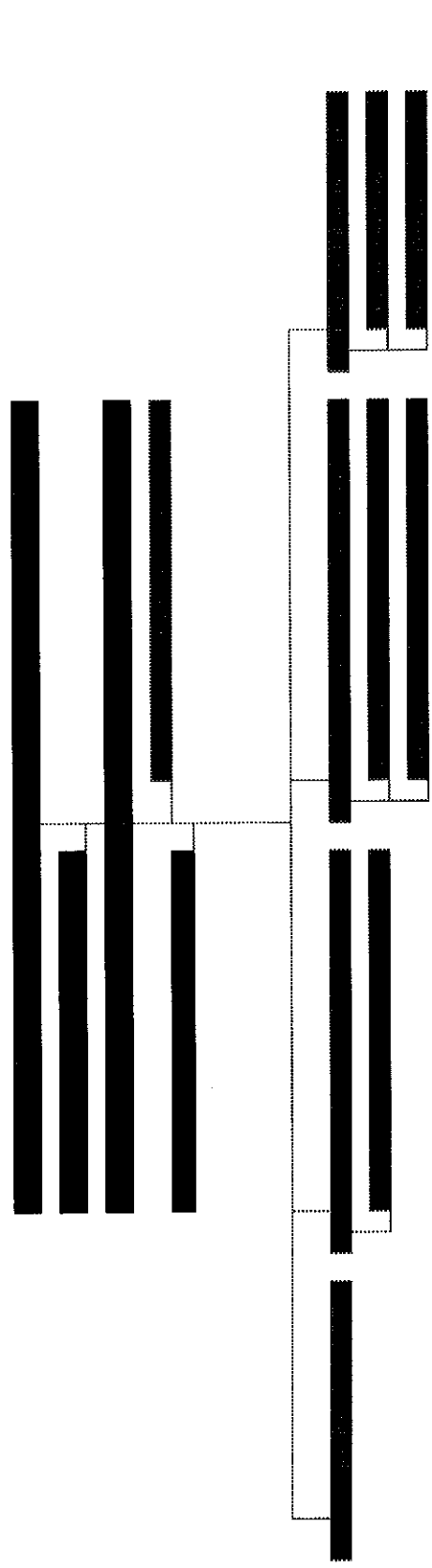


SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C. OUREM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

ORGANOGRAMA

SRUFATIMA, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.

ORGANOGRAMA



01 | FEV | 2010

ACÇÕES DESENVOLVIDAS – CONTRATOS PROGRAMA, COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU ACORDO DE COOPERAÇÃO/INVESTIMENTO | 2010

Requalificação Urbana das 4 Principais Vias de Entrada em Fátima

11

EN360 - Estrada de Minde (troço rotunda sul, limite urbano)

Executado e a decorrer o prazo de garantia de obra.

EN356 Estrada Principal de Fátima

Execução a aguardar indicações do Município de Ourém.

EN356 Estrada da Batalha

Execução a aguardar indicações do Município de Ourém.

EN357 Estrada de Leiria

Execução a aguardar indicações do Município de Ourém.

Plano de Acção Integrada de Valorização Urbana – FÁTIMA 2017

Divulgação pública do relatório do Plano Operacional da Acção Integrada de Valorização Urbana – Fátima 2017.

Prestação de esclarecimentos e de informações.

Brigada de Intervenção Urbana de Fátima

Realização de trabalhos de manutenção no espaço urbano da cidade de Fátima, sendo de destacar a reparação e construção de pequenos troços de passeio, a desobstrução e manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais, a colocação e reparação de sinalização viária e a colocação de toponímia;

Reforço dos recursos humanos com a incorporação de 3 funcionários dos quadros da Câmara Municipal e anteriormente afectos aos serviços desenvolvidos pela Ambiorém, E.E.M. na cidade de Fátima.

SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

Reforço dos recursos humanos com a incorporação de 1 funcionário que tinha prestado serviços à sociedade no âmbito de um programa em colaboração com IEFP.

Manutenção de espaços verdes no perímetro urbano da cidade de Fátima e Coordenação do sistema de rega automática dos espaços verdes da cidade de Fátima;

Elaboração e preenchimento das fichas de auto e hetero - avaliação, conforme SIADAP3, para os funcionários contratualizados com a CMO, para o ano de 2009;

Definição de objectivos, conforme SIADAP3, para os funcionários cedidos pela CMO.

Elaboração da Candidatura no âmbito do PIT para o projecto do sistema da Gestão Integrada da Mobilidade na Cova da Iria (SGIMCI)

Recepção da aprovação da candidatura relativa ao SGIMCI (Maio de 2010).

Sistema Integrado de Mobilidade da Cova da Iria – Plano/Estudo Prévio

Aprovação de parecer sobre o Relatório de Diagnóstico desenvolvido pela TIS.pt, S.A. (6 Janeiro), dando-se como concluído a fase de estudo.

Desenvolvimento de reuniões de acompanhamento do processo e desenvolvimento de avaliação dos investimentos previstos.

Beneficiação da EN 360 - Estrada de Minde (troço rotunda sul, limite urbano)

Acompanhamento do comportamento da via, face ao respectivo uso, tendo em vista a observação de anomalias e o consequente apuramento de responsabilidades.

Emissão de Declarações Abonatórias a favor do agrupamento de empreiteiros e da equipa de fiscalização.

Revisão final de preços e liquidação da empreitada.

Monitorização das obrigações decorrentes do período de garantia de obra.

Emissão de pareceres técnicos acerca de construções existentes, mas em processo de reabilitação e cujos arranjos exteriores confinam com a via e apreço.

Execução do processo expropriativo, parcelas confinantes Av. D. José Alves Correia da Silva

Recepção de avaliações de terrenos contíguos à Avenida e necessários para a execução da obra de requalificação.

Abertura de processo negocial com os proprietários, que permitiu numa atitude de diálogo na esmagadora maioria dos casos evitar processos impositivos via judicial de utilização das faixas de terreno necessárias para a realização da obra de requalificação.

Avaliação de todos os processos e preparação de mapas para envio à Assembleia Municipal para declaração de utilidade pública das parcelas a afectar à obra de Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva.

Regeneração Urbana de Aljustrel

Com a publicação do novo regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU), o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro e perante a necessidade de realização de trabalho diverso do que estava a ser desenvolvido, visando a adequação à nova legislação, entendeu-se suspender o procedimento em curso, relativo à preparação da elaboração do documento estratégico da ACRRU.

Avaliação e definição dos trabalhos a realizar para adequação à nova legislação.

Desenvolvimento de contactos com o Município de Ourém no sentido de redefinir o contrato programa.

Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria – Assessoria e Acompanhamento

Envio para o Município de Ourém das check list de verificação dos procedimentos (12 Janeiro): Sistema Integrado de Mobilidade da Cova da Iria - Fases 2, 3 e 4 (Projecto, Obra e Monitorização) e monitorização e acompanhamento dos trabalhos decorrentes.

Acompanhamento das respostas a diversos pedidos de esclarecimentos solicitados pela DGOTDU.

Análise do documento de trabalho relativo ao Caderno de Encargos do Portal Pio, remetido pela TIS.pt, S.A. (12 Janeiro).

Análise do Relatório Anual de Execução do ano de 2009, elaborado pela NML, Lda. (8 de Fevereiro).

Realização de diversas reuniões de monitorização do projecto de Gestão Integrada de Mobilidade da Cova da Iria.

Elaboração da minuta do Protocolo de Cooperação tendente à Coordenação e utilização do sistema de Controlo de Mobilidade na Cova da Iria, a celebrar com o Município de Ourém, GNR e Santuário de Fátima (10 Março).

Elaboração da apresentação do projecto de Gestão Integrada de Mobilidade da Cova da Iria para apresentação no 1.º Seminário de Acompanhamento POVT – Eixo IX “ Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano” – Operações em curso (24 Março)

Acompanhamento do pedido à DGOTDU de reprogramação temporal do projecto de Gestão Integrada de Mobilidade da Cova da Iria (08 Abril).

Aprovação e assinatura do acordo de colaboração com o Turismo de Portugal, IP. , no âmbito da candidatura ao PIT (16 Agosto).

Colaboração com os Serviços Municipais, relativamente à gestão da candidatura, nomeadamente respondendo a esclarecimentos solicitados pela DGOTDU (4 Outubro) e do pedido de prorrogação do prazo do investimento junto do Turismo de Portugal, IP (20 Dezembro).

O POVT aprovou os procedimentos de contratação pública, podendo ser possível a apresentação de pedidos de pagamento (27 Dezembro):

- i) Criação de um Sistema Integrado de Mobilidade da Cova de Iria – Fases 2,3 e 4 (Projecto, Obra e Monitorização);
- ii) Monitorização e acompanhamento dos trabalhos decorrentes do projecto de Gestão Integrada da Mobilidade da Cova de Iria;

Autorização do Turismo de Portugal, IP do novo calendário de execução (30 Dezembro).

Loja de Reabilitação Urbana

Contratação de Recursos Humanos para a Loja da Reabilitação Urbana.

Arrendamento de instalações, aquisição de equipamento administrativo, adequação do espaço à finalidade e abertura ao público da Loja, sita na Av. D. José Alves Correia da Silva, n.º 34, 2495-402 Fátima.

Realização de diversas reuniões da Comissão de Acompanhamento e da Estrutura de Apoio Técnico.

Preparação da candidatura individual ao MaisCentro no âmbito da parceria PARUF.

Gestão da Candidatura ao MaisCentro.

Gestão dos procedimentos de contratação pública de execução dos investimentos previstos.

Elaboração de minuta do contrato-programa “Loja de Reabilitação Urbana”.

Atendimento e esclarecimento de utentes, relativamente à PARUF, à Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, ao Plano de Pormenor Av. Papa João XXIII e de outras acções transversais na cidade de Fátima.

Submissão da candidatura individual do projecto da Loja de Reabilitação Urbana (6 Julho).

Celebração de Contrato Programa com o Município de Ourém para concretização do projecto de investimento “Loja de Reabilitação Urbana”.

Realização de diversas reuniões da comissão de acompanhamento e da estrutura de apoio técnico.

Elaboração de notas sobre o projecto de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, no âmbito do Plano de Divulgação e Marketing.

Micro-site Loja de Reabilitação Urbana.

Beneficiação de infra-estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da vinda do Papa

Preparação de documentação, referente ao Dossier “Beneficiação de Infra-estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da Vinda do Papa”, relativa a suporte a candidaturas a financiamento instruída pela Câmara Municipal de Ourém, junto de entidades governamentais e do Turismo de Portugal IP.

Elaboração e aprovação das Peças de Projecto (Caderno de Encargos de Projecto, Mapas de Medições e Quantidades, Estimativas Orçamentais, Plantas) para as empreitadas.

Gestão dos procedimentos de contratação pública para aquisição da execução das empreitadas.

Elaboração e aprovação de minuta do contrato-programa.

Acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados.

Recepção provisória das empreitadas.

Avaliação e Elaboração da Conta Final das empreitadas.

Monitorização das obrigações decorrentes do período de garantia de obra.

Assinatura de contrato-programa “Beneficiação de Infra-estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da Vinda do Papa” (30 Agosto).

Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva

Av. D. José Alves Correia da Silva, Passagem Desnívelada - Parte A -

Elaboração da minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Ourém e o Santuário de Fátima, no âmbito da contratação da equipa de revisão e fiscalização e coordenação de segurança das empreitadas de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva.

Elaboração das peças do procedimento de contratação pública dos “Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva.

SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

Assinatura do protocolo entre o Município de Ourém e o Santuário de Fátima, no âmbito da contratação da equipa de revisão e fiscalização e coordenação de segurança das empreitadas da requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva (02 de Março).

Elaboração do projecto da Rede de Fibra Óptica da Avenida D. José Alves Correia da Silva - Parte A .

Análise do projecto de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte A.

Elaboração das peças do procedimento para o concurso público relativo à empreitada de requalificação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte A (Passagem Desnivelada).

Av. D. José Alves Correia da Silva, Parte B - Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive

A Câmara Municipal de Ourém delegou na SRUFÁTIMA a contratualização dos serviços de fiscalização e a revisão do novo projecto para a Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva (19 Janeiro).

Recolha de informação para elaboração de novo projecto de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B e solicitação de propostas de trabalho a vários projectistas.

Elaboração da minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Ourém e o Santuário de Fátima, no âmbito da contratação da equipa de revisão e fiscalização e coordenação de segurança das empreitadas da Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva.

Aprovado em reunião de Câmara o protocolo a celebrar com o Santuário de Fátima, no âmbito da contratação da equipa de revisão e fiscalização e coordenação de segurança das empreitadas da Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva (17 Fevereiro).

Celebrado o protocolo entre o Município de Ourém e o Santuário de Fátima, no âmbito da contratação da equipa de revisão e fiscalização e coordenação de segurança das empreitadas da Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva (02 Março)

A Câmara Municipal de Ourém aprovou que a contratação de novo autor do Projecto de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B recorrendo a empresa projectista que ofereça melhores condições e melhores preços (2 Março).

Gestão do procedimento de contratação pública para aquisição de serviços para elaboração do projecto da Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B e contratação da aquisição dos serviços.

Gestão do procedimento de contratação pública para aquisição de serviços de “Prospecção Geológica e Geotécnica para Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Partes B e contratação dos serviços.

Elaboração do projecto da Rede de Fibra Óptica da Avenida D. José Alves Correia da Silva - Parte B.

Realização de diversas reuniões de acompanhamento do novo projecto de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B.

Gestão do procedimento de contratação pública para aquisição de serviços de Revisão, Fiscalização e Coordenação de Segurança das Empreitadas de Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva – Partes B e contratação dos serviços.

Acompanhamento das reuniões de negociação com os proprietários de terrenos confinantes com a Avenida, visando acordo de utilização das mesmas para execução da obra de qualificação.

Análise ao novo projecto de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B.

Recepção do novo projecto de execução da Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B e realização de reunião para solicitação de pareceres externos relativos ao projecto de execução da empreitada de “Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B – Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive” (21 Junho).

Elaboração das peças do concurso público relativas à empreitada de “Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B – Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive”.

Aprovação pela Câmara Municipal de Ourém do novo projecto de execução da Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B (30 Junho).

Acompanhamento do processo pós concurso público internacional gerido pelo Município de Ourém, troca de informação e preparação de planos de trabalho e de eventuais limitações de trânsito e outras durante o período de obra.

Parte C – Ruas Cónego Formigão e Papa João Paulo II

Envio de documentação ao Turismo de Portugal, I.P., resultando na recepção do pagamento do projecto PIQTUR n.º 075/ITP/04.

Monitorização das obrigações decorrentes do período de garantia de obra.

19

OUTRAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS | 2010

Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII

Actualização do cadastro de propriedade da área de intervenção do Plano de Pormenor (PP), com elaboração de base de dados e preparação das fichas de propriedade, e atendimento de proprietários.

Segue-se a fase de implementação do PP, aguardando-se orientações do Município de Ourém quanto à implementação do PP.

Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) em Fátima

Na sequência da publicação do novo regime de reabilitação urbana (RJRU), o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, foi definido desenvolver o processo de conversão da ACRRU em área de reabilitação urbana (ARU) e elaborado respectivo programa estratégico de reabilitação urbana.

Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) da Rua de Santa Isabel, em Fátima

O dossier final para apresentação do pedido constituição da ACRRU de Santa Isabel ao Governo, foi entregue à Câmara Municipal de Ourém, em Abril de 2008. Aguardam-se superiores indicações do Município quanto à viabilidade de dar seguimento ao processo.

Relocalização do parque infantil existente na Praça Paulo VI, em Fátima

Tendo em vista a retirada do parque infantil existente na Praça Paulo VI, visando recolocação em espaço onde a população local tivesse acesso mais facilitado em dias de movimentação foi feito levantamento de espaços públicos na zona do centro urbano (área limitada entre as avenidas D. José Alves Correia da Silva e Beato Nuno), e estudada a possibilidade de neles vir a instalar este equipamento.

20

Qualificação do Santuário de Nossa Senhora da Ortiga

Elaboração de programa base em Junho, exposto publicamente durante as festas de Nossa Senhora da Ortiga.

Recepção a Sua Santidade Papa Bento XVI

A SRUFATIMA E.E.M. atendendo à sua proximidade, conhecimento e na óptica de eficácia de meios disponíveis e ao serviço do universo da gestão municipal, colaborou activamente e acompanhou todo o processo de preparação da visita e dos trabalhos desenvolvidos por altura da ilustre presença de Sua Santidade na nossa Cidade.

Esta colaboração foi visível a nível do relacionamento com as entidades exteriores, em que foi desenvolvido um trabalho com reuniões periódicas. A SRUFATIMA exerceu igualmente forte trabalho na angariação e gestão dos 5 Kms de baias de protecção que foram colocadas ao dispor da organização para protecção a sua Santidade nas deslocações dentro da cidade.

RECURSOS HUMANOS | 2010

Sendo solicitado à sociedade que se avance rapidamente com projectos que estão com cronogramas arrastados, assim entendeu-se reforçar a equipa. A opção primeira passou por afectar recursos que já pertenciam ao Universo Camarário, sendo que:

- a. No âmbito do Projecto Loja de Reabilitação Urbana (apoiada em fundos QREN), era condição necessária a criação de 2 novos postos de trabalho, sendo estes preenchidos pelos funcionários Mara Vieira Sebastião e Luis Mangas Oliveira (11 de Janeiro).
- b. O funcionário António Luis Peneiro foi contratado para assistente operacional (11 de Janeiro). O funcionário era até então funcionário da Ambiourém.
- c. A funcionária Licínia Major Marques presta serviço nesta sociedade desde 01 de Fevereiro de 2010, na função de assistente administrativa, por acordo de cedência de interesse público pela Câmara Municipal de Ourém a esta sociedade.
- d. O funcionário Manuel Prazeres Ribeiro presta serviço nesta sociedade desde 15 de Março de 2010, na função de assistente operacional, por acordo de cedência de interesse público pela Câmara Municipal de Ourém a esta sociedade. Até esta data o funcionário em causa desempenhava funções na Ambiourém, E.E.M..
- e. O funcionário José Pereira Germano presta serviço nesta sociedade desde 15 de Março de 2010, na função de assistente operacional, por acordo de cedência de interesse público pela Câmara Municipal de Ourém a esta sociedade. Até esta data o funcionário em causa desempenhava funções na Ambiourém, E.E.M..
- f. O funcionário Manuel Mendes Pereira Patrão presta serviço nesta sociedade desde 15 de Março de 2010, na função de assistente operacional, por acordo de cedência de Interesse público pela Câmara Municipal de Ourém a esta sociedade. Até esta data o funcionário em causa desempenhava funções na Ambiourém, E.E.M..
- g. A funcionária Celeste Lopes foi contratada para assistente operacional, a tempo parcial (1 de Junho). A funcionária era até então funcionária da Ambiourém.
- h. O funcionário José Pereira Germano presta serviço nesta sociedade desde 01 de Agosto de 2010, na função de assistente operacional.
- i. A funcionária Carminda Santos presta serviço nesta sociedade desde 01 de Outubro de 2010 a tempo parcial, na função de assistente administrativa, no âmbito de apoio directo ao Presidente do Conselho de Administração.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A) A EVOLUÇÃO DA GESTÃO NOS DIFERENTES SECTORES EM QUE A SOCIEDADE EXERCEU ACTIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES DO MERCADO, INVESTIMENTOS, CUSTOS, PROVEITOS E ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

22

A actividade em 2010 iniciou-se com o seguinte diagnóstico:

- A obra EN 360 – Rotunda Sul, Limite Urbano da Cidade estava em fase final de execução física e foi executada a recepção provisória. Estando a execução física terminada, a execução financeira estava bem atrasada sendo que do valor total do contrato programa no valor global de 2.465.323,89 euros, a sociedade apenas tinha recebido 1.200.000 euros.

- Outro contrato programa em execução e que diz respeito ao projecto de investimento “Gestão Integrada da Mobilidade da Cova de Iria”, com investimento estimado em 1.396.275,00 euros. Este projecto, que é desenvolvido em parceria com o Município de Ourém e com o Santuário de Fátima, estava atrasado relativamente ao cronograma inicial de investimento, estando executados apenas a parte de estudo inicial.

- Com o novo executivo camarário, eleito no final de 2009, foram transmitidas renovadas directrizes e desde logo personalizadas na pessoa do Dr. Vereador do Pelouro de Fátima, que assumiu a Presidência do Conselho de Administração da SRUFÁTIMA.

O Ano de 2010 perspectivava-se decisivo para viabilizar alguns investimentos que estavam com financiamentos aprovados junto do QREN e desde logo se assumiu como prioridades operacionais um esforço adicional na gestão destes processos.

A estes projectos prioritários foi solicitado à SRUFATIMA, que desempenha-se a função de instrumento operacional das políticas e directrizes do Pelouro Fátima, que foi criado na Câmara Municipal de Ourém no início de 2010 e que é um Pelouro Horizontal, em que todos

os assuntos relevantes para a Gestão e Planeamento da Cidade estão delegado no Vereador responsável pelo Pelouro Nazareno do Carmo.

As verbas pendentes relativas aos Contratos Programa, deixavam desde logo uma preocupação, tanto mais que se tornaram públicas e conhecidas as dificuldades financeiras do Município de Ourém, donde provêm a esmagadora maioria das verbas para que a sociedade desenvolva a sua actividade.

Logo em Fevereiro avançou-se com a execução do Projecto de Investimento “Loja de Reabilitação Urbana”, que inclui a instalação de um estabelecimento de informação e atendimento ao público e que está situado na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.º 123, Loja 34. Este local, dentro da Cidade de Fátima, veio qualificar o relacionamento com os Municípios e demonstrou ser um muito bom instrumento, permitindo aumento de eficácia por um lado e mais satisfação nos Municípios por outro.

Este projecto de investimento na sua Candidatura ao QREN previa a comparticipação deste ao equipamento para a loja, às despesas de funcionamento da loja e ao custo com 2 novos postos de trabalho de criação obrigatória.

O diagnóstico e a necessidade de fazer face quer aos investimentos estratégicos, quer às novas directrizes, exigia um reforço dos activos humanos ao serviço da sociedade. Esse reforço, logo expresso na assunção de um Conselho de Administração Presidido por Membro não remunerado, Vereador Nazareno do Carmo e dois vogais com funções executivas, Alberto Caveiro e Arq.º Nuno Nobre, que transitou da anterior Administração. Foi igualmente reforçada a capacidade operacional e administrativa da Sociedade com recursos originários do universo camarário (Câmara Municipal de Ourém e Ambíourém, E.E.M.), excepção feita a um activo contratado a termo para a BIU.

Este reforço teve naturalmente impacto a nível da estrutura de custos da SRUFATIMA, E.E.M, como é de fácil compreensão não onerou os custos totais do universo municipal.

ANÁLISE POR ÁREA DE ACTIVIDADE (POR CP E OUTRAS)

Dos contratos programas em vigor, os contratos Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria – Assessoria e Acompanhamento, Beneficiação de infra-estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da vinda do Papa, Loja de Reabilitação Urbana, Dinamização Comércio Local – Presépios e Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, forma os que mais exigiram afectação de recursos. Esta atenção permitiu a obtenção da satisfação da execução das tarefas em cronograma adequado, sendo notório a satisfação e o espírito de realização profissional na equipa.

O Contrato Programa Beneficiação da EN 360 - Estrada de Minde (troço rotunda sul, limite urbano) exigiu um trabalho focado na execução financeira do mesmo, sendo identificado como solução, a cedência de parte da dívida ao empreiteiro Desarfate, Lda. ao Município e prescindido esta Sociedade do Crédito que detinha junto do Município de igual montante.

A componente administrativa da sociedade foi chamada a exigente colaboração neste ano em que se acompanhou de perto, além da execução dos contratos programa referidos, a gestão da Visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI, a realização do Evento Fátima Cidade Natal e em que se iniciou algum trabalho na área da divulgação internacional e nacional da marca Fátima.

A parte operacional, no âmbito da Brigada de Intervenção Urbana, foi igualmente chamada a desempenhar acções em número significativo, atendendo ao forte incremento de solicitações por parte dos Municípios.

Finalmente, uma referência à inovação no registo contabilístico das contas atendendo à alteração para o SNC e ponderando alterações de relacionamento com o Município, nomeadamente a nível da redacção a dar aos contratos programa, conforme se trate de acordos de cooperação/investimento ou outros acordos de colaboração. Considerando ainda o aconselhamento recolhido junto de diversas entidades e naturalmente conciliado com o auditor externo, procede-se a uma inovação no registo contabilístico, que se traduz num reconhecimento inferior de proveitos. Como a inovação não tem impacto no registo de custos, naturalmente é perceptível que serão agravados os resultados negativos.

SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

Acções desenvolvidas – contratos programa, competências delegadas e/ou assunto de criação/investimento	Contrato Programa estabelecido com o Município de Ourém				Relacionamento com Fornecedores Externos			
	Órgão Avaliador	Valor	Estado das Tarefas	Valor Faturado até 31-03-2010	Valor Resduo 2010	Contratação	Emprego	Trabalhos realizados 2010
Requalificação Urbana das 4 Principais Vias de Entrada em Fátima	19-02-2008	81.920,00 €	Em curso	0,00 €	0,00 €	PROPIANO		0,00 €
Plano de Acção Integrada de Valorização Urbana – FÁTIMA 2017	19-02-2008	304.469,00 €	Concluído	0,00 €	0,00 €	Parque Expo		0,00 €
Brigada de Intervenção Urbana de Fátima	31-12-2008		Continuado	91.300,44 €	45.460,80 €	—		
Elaboração da Candidatura no âmbito do PPT para o projecto do sistema da Gestão Integrada da Mobilidade na Cova da Iria (SGIMICI)	18-02-2009		Concluído	5.005,12 €	0,00 €	4.200,00 € NIML		4.200,00 €
Sistema Integrado de Mobilidade da Cova da Iria – Plano/Estudo Prévio	18-02-2009	71.406,54 €	Concluído	0,00 €	0,00 €	NIML		0,00 €
Beneficição da EN 360 - Estrada de Minde (tropo rodada sul, limite urbano)	24-03-2009	2.465.323,89 €	Concluído	722.658,30 €	222.658,28 €	53.845,00 € TTS.pt		21.840,00 €
Execução do processo expropriativo, parcelas confinantes Av. D. José Alves Correia da Silva	23-07-2009	17.707,00 €	Concluído	8.853,50 €	8.853,50 €	1.813.015,34 € Descarfare		73.942,63 €
Regeneração Urbana de Aljustrel	22-09-2009	114.380,00 €	Em curso	5.000,00 €		430.622,85 € Matos & Neves		15.808,09 €
Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria – Assessoria e Acompanhamento	22-09-2009	123.344,17 €	Em curso	30.000,00 €	15.000,00 €	17.208,62 € Nível		15.017,63 €
Beneficição de Infra-estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da vinda do Papa	30-08-2010	754.438,84 €	Concluído	754.467,84 €	754.467,84 €	—		17.208,62 €
Loja de Reabilitação Urbana	30-08-2010	62.697,23 €	Em curso	34.254,08 €	0,00 €	42.350,00 € NIML		11.679,25 €
Dinamização Comércio Local - Presépio	16-11-2010	6.500,00 €	Concluído	0,00 €	0,00 €	53.845,00 € TTS.pt		13.461,25 €
Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva	20-12-2010	528.841,52 €	Em Curso	0,00 €	0,00 €	202.519,01 € Descarfare		202.483,25 €
						202.077,02 € Matos & Neves		170.000,00 €
						102.017,06 € Major Santos e F		100.321,41 €
						141.494,51 € Valente e Carneir		144.664,30 €
						51.526,25 € SNOV		39.826,85 €
						—		
						Adereites		5.500,00 €
						42.539,28 € João Partido		52.539,28 €
						12.354,00 € Geoma		0,00 €
						180.283,56 € Proman		14.855,17 €
SOMA DE VALORES				1.651.589,28 €	1.043.440,42 €			947.232,29 €
					435.118,36 €			128.919,71 €

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

(Valores expressos em euros)

	Notas	Períodos	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	19	302.811,83	126.864,30
Subsídios à exploração	20	-	10.867,35
Trabalhos para a própria entidade	21	53.213,26	42.743,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-	(4.968,80)
Fornecimentos e serviços externos	23	(131.586,82)	(115.505,49)
Gastos com o pessoal	24	(374.333,64)	(229.855,56)
Outros rendimentos e ganhos	25	3.673,48	5.360,20
Outros gastos e perdas	26	(287,38)	(613,03)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(146.509,27)	(165.107,11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(59.060,66)	(24.097,59)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(205.569,93)	(189.204,70)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	-	411,94
Juros e gastos similares suportados	27	(1.599,51)	(1.781,62)
Resultado antes de impostos		(207.169,44)	(190.574,38)
Imposto sobre o rendimento do período	8	(987,95)	(947,08)
Resultado líquido do período		(208.157,39)	(191.521,46)

No ano de 2010, e apesar de no novo contexto de registo contabilístico, os proveitos registaram um incremento de 173.862,80 euros correspondendo a um incremento de 93,56%.

Os custos sofreram igualmente um incremento de 155.264,96 euros correspondendo a um incremento de 44,24%.

Assim o resultado operacional de exploração em 2010, apesar de ser ainda negativo, foi inferior em 18.597,84 euros, o representa um decréscimo de 11,26% relativamente a 2009.

Em 2010 reconheceu-se definitivamente Activos Intangíveis que constavam como imobilizado em curso em 2009, o que pela respectiva aplicação de amortizações levou a que o resultado líquido negativo de 2010 fosse superior ao de 2009: resultado líquido de -208.157,39 euros, que corresponde a um incremento de 16.635,93 euros (8,69%).

SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

O activo sofreu um decréscimo de 3.163.867,68 Euros valor correspondente ao decréscimo do passivo desta sociedade. Este valor deve-se no essencial à afectação de imobilizado contabilizado em curso, por conta de contratos programa de investimento/cooperação entretanto realizados, ao imobilizado do Município.

No final de 2010 fez-se a afectação do seguinte imobilizado registado em curso ao imobilizado do Município:

C. Programa Papa :754.467,84 Euros
C. Programa Ruas Laterais: 1.150.531,00 Euros
C. Programa EN360:2.465.323,89 Euros

B) OS FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Nada a Considerar.

C) A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE:

A sociedade verá o seu objecto social revisto, visando quer o incremento da sua acção a toda a Freguesia de Fátima, quer a novas áreas de actuação, relacionadas com a promoção e divulgação de Fátima.

O entendimento é dotar esta sociedade de todas as ferramentas necessárias e suficientes para gerir a especificidade de Fátima, assumindo claramente a sua relevância para o concelho, para a região e para o país.

D) O NÚMERO E O VALOR NOMINAL DE QUOTAS OU ACÇÕES PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO, OS MOTIVOS DESSES ACTOS E O RESPECTIVO PREÇO, BEM COMO O NÚMERO E VALOR NOMINAL DE TODAS AS QUOTAS E ACÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS NO FIM DO EXERCÍCIO:

Nada a declarar.

SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

E) AS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 397.º:

No ano de 2010, não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e seus administradores.

28

F) UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA:

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2010, no valor de - 208.157,39 se mantenha em resultados transitados. A sociedade tem seguido este princípio e assume-se a continuidade do princípio

Salienta este Conselho de Administração que com estes resultados negativos transitados que há perda de mais metade do Capital Social, pelo que considerando o Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, se dará disso conhecimento ao sócio, incentivando este a tomar decisão sobre o previsto para o efeito no já referido Artigo 35.º CSC.

G) A EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:

Não existem sucursais.

H) OS OBJECTIVOS E AS POLÍTICAS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS, INCLUINDO AS POLÍTICAS DE COBERTURA DE CADA UMA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE TRANSACÇÕES PREVISTAS PARA AS QUAIS SEJA UTILIZADA A CONTABILIZAÇÃO DE COBERTURA, E A EXPOSIÇÃO POR PARTE DA SOCIEDADE AOS RISCOS DE PREÇO, DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ E DE FLUXOS DE CAIXA, QUANDO MATERIALMENTE RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO E DO PASSIVO, DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, EM RELAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

A sociedade não esteve exposta directamente a nenhuma operação que envolvesse qualquer risco financeiro. Sendo que dada a natureza de instituição privada, sem fins lucrativos e detida na totalidade por instituição pública, a considerar alguma situação no futuro, a posição será tendencialmente de risco nulo.



SRUFATIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.
Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

DOCUMENTOS ADICIONAIS

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS
- PARECER DO CONSELHO FISCAL
- CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

SRUFÁTIMA – Sociedade Reabilitação Urbana de Fátima E.E.M.

Demonstrações Financeiras

Exercício 2010

Índice

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

• Balanço em 31 de Dezembro de 2010.....	4
• Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2010.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2010.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2010.....	7
• Anexo	
1. Identificação da entidade.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	13
4. Activos fixos tangíveis.....	15
5. Activos intangíveis.....	16
6. Inventários.....	17
7. Clientes.....	17
8. Estado e outros entes públicos.....	17
9. Outras contas a receber.....	18
10.Diferimentos.....	18
11.Caixa e depósitos bancários.....	18
12.Capital realizado.....	19
13.Resultados transitados	19
14.Outras variações no capital próprio.....	19
15.Financiamentos obtidos.....	19
16.Locações.....	20
17.Fornecedores	21
18.Outras contas a pagar.....	21
19.Rédito	21
20.Subsídio à exploração.....	22
21.Trabalhos para a própria entidade	22
22.Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22
23.Fornecimentos e serviços externos.....	23
24.Gastos com o pessoal.....	23
25.Outros rendimentos e ganhos	24
26.Outros gastos e perdas.....	24
27.Resultados Financeiros.....	24
28.Informações exigidas por diplomas legais.....	24
29.Informações Adicionais.....	25
30.Eventos subsequentes.....	25

Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Balanço em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.10</u>	<u>31.Dez.09</u>
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	409.519,36	2.779.416,33
Activos intangíveis	5	52.793,47	-
Total dos Activos Não Correntes		462.312,83	2.779.416,33
Inventários	6	13.013,29	7.394,50
Clientes	7	53.199,70	23.230,40
Estado e outros entes públicos	8	3.303,73	7.180,45
Outras contas a receber	9	738.772,29	1.576.738,28
Diferimentos	10	1.063,17	2.297,95
Caixa e depósitos bancários	11	42.700,43	81.975,21
Total dos Activos Correntes		852.052,61	1.698.816,79
		1.314.365,44	4.478.233,12
Capitais Próprios			
Capital realizado	12	1.000.000,00	1.000.000,00
Resultados transitados	13	(329.691,78)	(178.849,15)
Outras variações no capital próprio	14	13.108,71	-
		683.416,93	821.150,85
Resultado líquido do período		(208.157,39)	(191.521,46)
Total dos Capitais Próprios		475.259,54	629.629,39
Passivo			
Financiamentos obtidos	15 e 16	33.422,58	50.148,07
Total dos Passivos Não Correntes		33.422,58	50.148,07
Fornecedores	17	82.113,36	18.563,96
Estado e outros entes públicos	8	14.711,58	5.834,98
Financiamentos obtidos	15 e 16	15.464,58	17.699,81
Outras contas a pagar	18	520.385,25	3.618.175,73
Diferimentos	10	173.008,55	138.181,18
Total dos Passivos Correntes		805.683,32	3.798.455,66
Total do Passivo		839.105,90	3.848.603,73
		1.314.365,44	4.478.233,12

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Resultados
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

	Notas	Períodos	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	19	302.811,83	126.864,30
Subsídios à exploração	20	-	10.867,35
Trabalhos para a própria entidade	21	53.213,26	42.743,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-	(4.968,80)
Fornecimentos e serviços externos	23	(131.586,82)	(115.505,49)
Gastos com o pessoal	24	(374.333,64)	(229.855,56)
Outros rendimentos e ganhos	25	3.673,48	5.360,20
Outros gastos e perdas	26	(287,38)	(613,03)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(146.509,27)	(165.107,11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(59.060,66)	(24.097,59)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(205.569,93)	(189.204,70)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	-	411,94
Juros e gastos similares suportados	27	(1.599,51)	(1.781,62)
Resultado antes de impostos		(207.169,44)	(190.574,38)
Imposto sobre o rendimento do período	8	(987,95)	(947,08)
Resultado líquido do período		(208.157,39)	(191.521,46)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

		Períodos	
	Notas	2010	2009
<i>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</i>			
Recebimentos de clientes		171.598,81	82.417,60
Pagamentos a fornecedores		(86.973,20)	(192.696,62)
Pagamentos ao pessoal		(359.325,20)	(214.486,48)
Caixa gerada pelas operações		(274.699,59)	(324.765,50)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.918,46)	(2.287,96)
Outros recebimentos/pagamentos		(4.287,27)	7.701,72
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		(280.905,32)	(319.351,74)
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(814.706,68)	(1.404.828,93)
		(814.706,68)	(1.404.828,93)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		1.039.007,48	1.555.316,06
Juros e rendimentos similares		-	411,75
		1.039.007,48	1.555.727,81
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		224.300,80	150.898,88
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos		40.678,83	-
		40.678,83	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(1.897,47)	(1.995,46)
Outras operações de financiamento		(21.451,62)	(13.918,39)
		(23.349,09)	(15.913,85)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		17.329,74	(15.913,85)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(39.274,78)	(184.366,71)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	81.975,21	266.341,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	42.700,43	81.975,21

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2009

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2009</i>					
1	Notas	(73.068,88)	-	(17.748,48)	909.182,64
Alterações no período					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	(88.031,79)	-	(154.934,34)	(242.966,13)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	(17.748,48)	-	17.748,48	-
2	-	(105.780,27)	-	(137.185,86)	(242.966,13)
3				(36.587,12)	(36.587,12)
4 = 2 + 3				(173.772,98)	(279.553,25)
Operações com detentores de capital próprio					
5	-	-	-	-	-
6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.000.000,00	(178.849,15)	-	(191.521,46)	629.629,39
<i>Posição no Fim do Período 2009</i>					

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2010

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2010</i>	1	Notas	(178.849,15)	-	(191.521,46)	629.629,39
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28	-	(191.521,46)	13.108,71	191.521,46	13.108,71
	2	-	(191.521,46)	13.108,71	191.521,46	13.108,71
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3				(208.157,39)	(208.157,39)
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3				(16.635,93)	(195.048,68)
Operações com detentores de capital próprio						
Entradas para cobertura de perdas	5	-	40.678,83	-	-	40.678,83
		-	40.678,83	-	-	40.678,83
<i>Posição no Fim do Período 2010</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.000.000,00	(329.691,78)	13.108,71	(208.157,39)	475.259,54

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

- a) Designação: Srufátima – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.
- b) Sede: Av. Dom José Alves Correia Silva 123, Lj 34, Fátima – Edifício Fatimae
- c) Natureza: Entidade Empresarial Municipal
- d) Ano de Constituição: 2006
- e) Objecto: 1- A promoção do desenvolvimento local, incumbindo-lhe assegurar a promoção do crescimento económico local, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social nos domínios das atribuições municipais da gestão do equipamento urbano e do ordenamento do território e do urbanismo. 2- Para prossecução do seu objecto, desenvolve actividades inseridas nos domínios das atribuições do Município de Ourém, referidos no número anterior, designadamente: a) Promover a reabilitação urbana da área declarada crítica de recuperação e reconversão urbanística da Cova da Iria, do Município de Ourém, delimitada geograficamente na planta anexa aos estatutos; b) Elaborar estudos e projectos conducentes à definição de outras operações de renovação e reabilitação urbanas relativas a áreas de intervenção definidas por deliberação da Câmara Municipal de Ourém, nos termos da lei, e, bem assim elaborar os necessários planos de pormenor; c) Coordenar e executar as operações de renovação e reabilitação urbanas a que se refere a alínea anterior, nos termos e condições definidos por contrato-programa a celebrar para o efeito com o Município de Ourém; d) Promover a manutenção e conservação de infra-estruturas urbanísticas e a gestão urbana, nos termos e condições definidos por contrato-programa a celebrar para o efeito com o Município de Ourém.
- f) Designação da empresa-mãe: Município de Ourém
- g) Sede da empresa-mãe: Praça D. Maria II, n.º 1 – 2490-499 Ourém

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- a) Referencial Contabilístico

Em 2010 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de

contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro que segue, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2009).

(Valores expressos em euros)

	2009		
	Capital Próprio POC	Ajustamentos	Capital Próprio NCRF
Dezembro de 2009	872.595,52	(242.966,13)	629.629,39

Reconciliação do balanço POC/NCRF em 31 de Dezembro de 2009

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.09		
	POC	Ajustamentos	NCRF
Activo			
Activos fixos tangíveis	4.272.717,99	(1.493.301,66)	2.779.416,33
Activos intangíveis	34,40	(34,40)	0,00
Total dos Activos Não Correntes	4.272.752,39	(1.493.336,06)	2.779.416,33
Inventários	7.394,50	-	7.394,50
Clientes	23.230,40	-	23.230,40
Estado e outros entes públicos	7.180,45	-	7.180,45
Outras contas a receber	1.576.738,28	-	1.576.738,28
Diferimentos	2.297,95	-	2.297,95
Caixa e depósitos bancários	81.975,21	-	81.975,21
Total dos Activos Correntes	1.698.816,79	-	1.698.816,79
	5.971.569,18	(1.493.336,06)	4.478.233,12
Capitais Próprios			
Capital realizado	1.000.000,00		1.000.000,00
Resultados transitados	(90.817,36)	(88.031,79)	(178.849,15)
Outras variações no capital próprio	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(36.587,12)	(154.934,34)	(191.521,46)
Total dos Capitais Próprios	872.595,52	(242.966,13)	629.629,39
Passivo			
Financiamentos obtidos	50.148,07		50.148,07
Total dos Passivos Não Correntes	50.148,07	-	50.148,07
Fornecedores	18.563,96		18.563,96
Estado e outros entes públicos	5.834,98		5.834,98
Financiamentos obtidos	17.699,81		17.699,81
Outras contas a pagar	1.067.316,52	2.550.859,21	3.618.175,73
Diferimentos	3.939.410,32	(3.801.229,14)	138.181,18
Total dos Passivos Correntes	5.048.825,59	(1.250.369,93)	3.798.455,66
Total do Passivo	5.098.973,66	(1.250.369,93)	3.848.603,73
	5.971.569,18	(1.493.336,06)	4.478.233,12

Reconciliação da Demonstração de Resultados POC/NCRF em 31 de Dezembro de 2009

(Valores expressos em euros)

	2009		
	POC	Ajustamentos	NCRF
Prestação de serviços	126.864,30	-	126.864,30
Subsídios à exploração	10.867,35	-	10.867,35
Trabalhos para a própria entidade	198.838,01	(156.094,09)	42.743,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.968,80)	-	(4.968,80)
Fornecimentos e serviços externos	(115.505,49)	-	(115.505,49)
Gastos com o pessoal	(229.855,56)	-	(229.855,56)
Outros rendimentos e ganhos	5.360,20	-	5.360,20
Outros gastos e perdas	(613,03)	-	(613,03)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(9.013,02)	(156.094,09)	(165.107,11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(25.257,34)	1.159,75	(24.097,59)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(34.270,36)	(154.934,34)	(189.204,70)
Juros e rendimentos similares obtidos	411,94	-	411,94
Juros e gastos similares suportados	(1.781,62)	-	(1.781,62)
Resultado antes de impostos	(35.640,04)	(154.934,34)	(190.574,38)
Imposto sobre o rendimento do período	(947,08)	-	(947,08)
Resultado líquido do período	(36.587,12)	(154.934,34)	(191.521,46)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil	Taxa
Equipamento de transporte	4 - 5	25% - 20%
Ferramentas e utensílios	4 - 8	25%-12,50%
Equipamento administrativo	3 - 10	33,33% - 10%
Outros activos fixos tangíveis	5 - 8	20%-12,50%
Outros activos fixos intangíveis	3	33,33%

c) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a três anos.

d) Inventários

O inventário está valorizado ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente.

e) Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas de clientes e outros devedores são mensurados quando reconhecidas inicialmente, pelo respectivo justo valor. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo respectivo justo valor.

g) Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam.

h) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,50% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,4% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

i) Reconhecimento do rédito

De acordo com a NCRF 20, o Rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados.

É mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidas pela entidade.

j) Locações

Locações Financeiras

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o

activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Locações Operacionais

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração, estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam.

1) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Subsídios ao investimento

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2010 e de 2009 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2009						
	Saldo em 01-Jan-09	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-09
Custo:						
Equipamento de transporte	28.760,01	67.994,37	-	-	-	96.754,38
Equipamento administrativo	51.023,99	479,36	-	-	-	51.503,35
Outros activos fixos tangíveis	4.808,50	401,00	-	-	-	5.209,50
Investimentos em curso	1.601.274,20	2.574.129,20	(1.493.301,66)	-	-	2.682.101,74
	<u>1.685.866,70</u>	<u>2.643.003,93</u>	<u>(1.493.301,66)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.835.568,97</u>
Depreciações acumuladas						
Equipamento de transporte	11.983,33	14.490,79	-	-	-	26.474,12
Equipamento administrativo	18.467,39	8.750,84	-	-	-	27.218,23
Outros activos fixos tangíveis	1.604,33	855,96	-	-	-	2.460,29
	<u>32.055,05</u>	<u>24.097,59</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56.152,64</u>

31 de Dezembro de 2010						
	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-10
Custo:						
Equipamento de transporte	96.754,38	-	-	-	-	96.754,38
Equipamento administrativo	51.503,35	20.936,05	-	-	-	72.439,40
Outros activos fixos tangíveis	5.209,50	300,00	-	-	-	5.509,50
Investimentos em curso	2.682.101,74	969.469,62	(3.248.748,51)	(79.186,24)	-	323.636,61
	<u>2.835.568,97</u>	<u>990.705,67</u>	<u>(3.248.748,51)</u>	<u>(79.186,24)</u>	<u>-</u>	<u>498.339,89</u>
Depreciações acumuladas						
Equipamento de transporte	26.474,12	22.242,23	-	-	-	48.716,35
Equipamento administrativo	27.218,23	9.482,14	-	-	-	36.700,37
Outros activos fixos tangíveis	2.460,29	943,52	-	-	-	3.403,81
	<u>56.152,64</u>	<u>32.667,89</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88.820,53</u>

5. Activos intangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2010					
	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade
Custo					
Outras activos intangíveis	-	-	-	79.186,24	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.186,24</u>	<u>-</u>
Depreciações Acumuladas					
Outras activos intangíveis	-	26.392,77	-	-	-
	<u>-</u>	<u>26.392,77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Designação projecto	Prazo amortização	Custo de investimento	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Plano Pormenor	3	79.186,24	26.392,77	52.793,47
	<u>3</u>	<u>79.186,24</u>	<u>26.392,77</u>	<u>52.793,47</u>

Incluiu-se nesta rubrica o Plano Pormenor da Avenida Papa João XXIII, que até ao período de 2009 foi sendo registado em Activos Fixos Tangíveis - Investimentos em curso.

Segundo o SNC, as despesas de instalação têm de ser desreconhecidas, pelo que se procedeu ao referido ajustamento no ano de 2009.

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Materias primas subsidiárias e de consumo	13.013,29	7.394,50
	<u>13.013,29</u>	<u>7.394,50</u>
Total de Inventários	<u>13.013,29</u>	<u>7.394,50</u>

Os Inventários são referentes à Brigada de Intervenção Urbana (BIU).

7. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Clientes		
Clientes conta corrente		
Saldos com entidades relacionadas		
Município de Ourém	53.199,70	22.730,40
Saldos com outras Entidades	-	500,00
	<u>53.199,70</u>	<u>23.230,40</u>

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	3.303,73	2.332,35
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	4.848,10
	<u>3.303,73</u>	<u>7.180,45</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	987,95	947,08
Ret. Imposto sobre Rendimento	3.434,00	1.818,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3.903,08	-
Segurança Social	4.176,46	1.669,63
Outros impostos e taxas	2.210,09	1.400,27
	<u>14.711,58</u>	<u>5.834,98</u>

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Município de Ourém	738.772,29	1.476.899,35
Turismo de Portugal	-	99.838,93
	<u>738.772,29</u>	<u>1.576.738,28</u>

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	727,47	1.200,98
Outros gastos a reconhecer	335,70	1.096,97
	<u>1.063,17</u>	<u>2.297,95</u>
Diferimentos (Passivo)		
Outros rendimentos a reconhecer		
Contrato Programa Proj. Sistema Integrado Mob.		23.801,18
Contrato Programa Reab. Urbana Ajustrel	109.380,00	114.380,00
Contrato Programa Loja Reabilitação Urbana	63.628,55	
	<u>173.008,55</u>	<u>138.181,18</u>

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Caixa	119,34	500,00
Depósitos à ordem	42.581,09	81.475,21
	<u>42.700,43</u>	<u>81.975,21</u>

12. Capital realizado

No final do período o capital era detido na totalidade pelo Município de Ourém.

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Município de Ourém	100,00%	1.000.000,00

13. Resultados transitados

Os Resultados Transitados reflectem a aplicação do Resultado Líquido do Período de 2009, corrigido dos respectivos ajustamentos de transição (Nota 2), bem como a entrada realizada pelo Município de Ourém de 40.678,83 euros para cobertura de prejuízos de 2009.

14. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Outras variações no capital próprio		
Subsídios	13.108,71	-
	<u>13.108,71</u>	<u>-</u>

Subsídio ao Investimento relativo ao Contrato Programa da Loja de Reabilitação Urbana.

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Financiamentos Obtidos		
Sociedades de Locação Financeira		
Contrato n.º 07.1.1750	3.016,12	9.827,99
Contrato n.º 350951	25.009,21	31.679,40
Contrato n.º 30032124	20.861,83	26.340,49
	<u>48.887,16</u>	<u>67.847,88</u>

16. Locações

Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro de 2010			
	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Equipamento de transporte				-
Volkswagen Golf 79-DI-64	2007	28.760,01	26.363,33	2.396,68
Retroescadora	2009	35.547,20	10.664,16	24.883,04
Toyota Dyna 99-HT-69	2009	29.067,17	10.900,19	18.166,98
		93.374,38	47.927,68	45.446,70

Em 31 de Dezembro de 2010, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2010		
	1 ano	1 a 5 anos	mais de 5 anos
Volkswagen Golf 79-DI-64	3.016,12	-	-
Retroescadora	6.853,08	18.156,13	-
Toyota Dyna 99-HT-69	5.595,38	15.266,45	-
	15.464,58	33.422,58	-

Locações Operacionais

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração, estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam.

Bens utilizados em regime de locação operacional	31 de Dezembro de 2010		
	Data do Contrato	Duração do Contrato	Gastos efectuados
Equipamento de transporte			
Isuzu D-Max 88-ER-50	22-11-2007	48 meses	3.704,72
Total		-	3.704,72

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2010		
	1 ano	1 a 5 anos	mais de 5 anos
Equipamento de transporte		-	-
Isuzu D-Max 88-ER-50	4.178,59	-	-
	4.178,59	-	-

O contrato de aluguer de veículo foi celebrado em 22 de Novembro de 2007 com a empresa Ambiourem, E.E.M. e em 15 de Março de 2010 houve uma cedência de posição para a Srufátima, E.E.M.

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	82.113,36	18.563,96
	82.113,36	18.563,96

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Fornecedores de Investimentos	339.294,12	957.784,84
Credores por acréscimo de gastos	111.909,58	40.620,29
Outras contas a pagar	69.181,55	2.619.770,60
	520.385,25	3.618.175,73

19. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Vendas de mercadorias	110,00	-
Prestação de serviços		
Transações com entidades relacionadas		
Município de Ourém	302.701,83	123.864,30
Transações com outras entidades		3.000,00
	302.811,83	126.864,30

20. Subsídio à exploração

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Subsídios à Exploração		
I.E.F.P.	-	10.867,35

O subsídio refere-se à comparticipação do I.E.F.P relativo a Estágio Profissional.

21. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade do período de 2010, no valor de 53.213,26 euros, correspondem aos custos de gestão já incorridos com os contratos programa de Beneficiação de Infra-Estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da Vinda do Papa (52.198,26 euros) e Execução do Processo Expropriativo, das parcelas confinantes com a Av. D. José Alves Correia da Silva, compreendidas entre as ruas de Santo António e Santo Agostinho (1.015,00 euros).

22. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, é detalhado como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Custo das merc. vendidas/matérias consumidas		
Existências iniciais	7.394,50	-
Compras	5.016,62	12.363,30
Regularização de Existências	602,17	
Existências Finais	(13.013,29)	(7.394,50)
	<u>-</u>	<u>4.968,80</u>

23. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Subcontratos	56,54	2.208,42
Serviços especializados	67.216,39	79.525,33
Materiais	11.766,32	8.851,86
Energia e fluídos	14.736,62	5.578,11
Deslocações, estadas e transportes	1.482,94	1.875,34
Serviços diversos	36.328,01	17.466,43
	131.586,82	115.505,49

Não existiram transacções com entidades relacionadas (Município de Ourém).

24. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Remunerações dos órgãos sociais	76.041,83	58.581,38
Remunerações do pessoal	220.281,85	105.455,20
Encargos sobre remunerações	55.966,40	31.227,24
Seguros	1.393,53	2.132,34
Outros gastos com pessoal	20.650,03	32.459,40

A empresa teve durante o ano de 2010, ao seu serviço, 13 (treze) empregados; destes, 2 (dois) pertencem ao Conselho de Administração. Este número foi calculado tendo em conta a média anual.

De salientar que dos três membros do Conselho de Administração, apenas dois foram remunerados.

O valor global das remunerações do exercício atribuídas aos administradores executivos foi de 76.041,83 (setenta e seis mil e quarenta e um euros e oitenta e três cêntimos).

25. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,42	-
Outros rendimentos e ganhos	3.673,06	5.360,20
	<u>3.673,48</u>	<u>5.360,20</u>

26. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Impostos	287,38	115,01
Outros gastos e perdas	-	498,02

27. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	411,75
Outros rendimentos similares	-	0,19
	<u>-</u>	<u>411,94</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.566,73	1.403,85
Outros gastos e perdas de financiamento	32,78	377,77
	<u>1.599,51</u>	<u>1.781,62</u>

28. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a SruFátima, E.E.M. não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

29. Informações Adicionais

Até ao período de 2009, inclusivé, os gastos e rendimentos de funcionamento foram imputados aos Investimentos em Curso, tendo por base a ocupação do pessoal administrativo a cada uma das obras. O entendimento em 2010 foi diferente, só se imputaram os custos de gestão já incorridos e que constam nos contratos programa de Beneficiação de Infra-Estruturas Urbanas na Cidade de Fátima – Preparação da Vinda do Papa (52.198,26 euros) e Execução do Processo Expropriativo, das parcelas confinantes com a Av. D. José Alves Correia da Silva, compreendidas entre as ruas de Santo António e Santo Agostinho (1.015,00 euros).

Tendo em conta este novo entendimento, procederam-se a ajustamentos no período de 2009, nomeadamente:

- Redução dos Trabalhos para a Própria Entidade por contrapartida de Activos Fixos Tangíveis, no valor de 156.094,09 euros (valores imputados no período a Investimentos em Curso superiores ao previsto nos contratos programa);
- Transferência para Resultados Transitados dos valores imputados a Activos Fixos Tangíveis (86.837,64 euros) em períodos anteriores e que excediam os valores constantes nos contratos programa, no que respeita a custos de gestão.

30. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Relatório Anual da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Exmo. Conselho de Administração

Da **SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM**

1. Introdução

- 1.1. O presente relatório é emitido nos termos das recomendações emanadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- 1.2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas, com data de 31 Março de 2011.

2. Procedimentos de Auditoria

O nosso trabalho consistiu, entre outros aspectos, no seguinte:

- (1) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (4) Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes e fornecedores) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.
 - b) Análise das reconciliações bancárias preparadas pelos serviços da Empresa.
 - c) Análise das situações justificativas de ajustamentos a valores de activos ou da constituição de provisões para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.

- d) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.
 - e) Solicitação directa ao advogado da Empresa de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida.
 - f) Análise e testes dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- (5) Apreciação do relatório do Conselho de Administração e verificação da sua conformidade com as demonstrações financeiras do exercício.

3. Notas sobre saldos de contas e transacções

3.1. Rendimentos, gastos e resultados

Rubrica	2010	2009	Variação 2010/2009
Vendas e serviços prestados	302.811,83	126.864,30	138,7%
Trabalhos para a própria entidade	53.213,26	42.743,92	24,5%
Restantes rendimentos e ganhos	3.673,48	16.639,49	-77,9%
Total de rendimentos e ganhos	359.698,57	186.247,71	93,1%
Gastos com pessoal	374.333,64	229.855,56	62,9%
Fornecimentos e serviços externos	131.586,82	115.505,49	13,9%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		4.968,80	-100,0%
Depreciações e amortizações	59.060,66	24.097,59	145,1%
Restantes gastos e perdas	1.886,89	2.394,65	-21,2%
Imposto do período	987,95	947,08	4,3%
Total de gastos e perdas	567.855,96	377.769,17	50,3%
Resultado líquido do período	-208.157,39	-191.521,46	

Os nossos trabalhos incluíram análises e testes aos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício e sua comparação com o período anterior, quanto à sua pertinência, validade legal e contabilização; aferimos adicionalmente o balanceamento, diferimento e acréscimo dos vários elementos de gastos e rendimentos.

Relativamente ao quadro acima, refira-se que:

- Não obstante o crescimento generalizado dos rendimentos, registou-se um agravamento do resultado líquido negativo devido ao crescimento dos gastos com o pessoal e dos gastos com depreciação e amortização.

- O crescimento dos encargos com o pessoal é justificado pelo aumento de funcionários da Empresa — média de 7 colaboradores em 2009 para 13 em 2010. Quanto ao crescimento dos gastos com depreciações e amortizações, o mesmo deve-se essencialmente às amortizações dos activos intangíveis.

3.2. Activos

3.2.1. Activo não corrente

Rubrica	31-12-2010		31-12-2009		Variação 10/09	
	€	%	€	%	€	%
Activo não corrente						
Activos fixos tangíveis	174.703,28	37,8%	153.467,23	5,5%	21.236,05	13,8%
Investimentos em curso	323.636,61	70,0%	2.682.101,74	96,5%	(2.358.465,13)	-87,9%
Activo intangíveis	79.186,24	17,1%	0,00	0,0%	79.186,24	
Depreciações/amortizações acumul.	(115.213,30)	-24,9%	(56.152,64)	-2,0%	(59.060,66)	105,2%
Total	462.312,83	100,0%	2.779.416,33	100,0%	(2.317.103,50)	-83,4%

Relativamente ao quadro acima refira-se que as variações de saldos dos activos não correntes foram essencialmente originadas por:

- Dispêndios com investimentos em curso de € 969.469,62.
- Desreconhecimento de investimentos em curso no montante de € 3.248.748,51, resultantes da reversão para o Município de Ourém de duas obras concluídas em 2010: Requalificação da EN 360 (Estrada de Minde) e Beneficiação de Infra-Estruturas Urbanas para Preparação da Vinda do Papa.
- Transferência de investimentos em curso para activos intangíveis de € 79.186,24 correspondentes a custos imputados ao Plano Pormenor da Avenida Papa João XXIII.
- Aquisições de equipamentos administrativos no montante de € 20.936,05;

Os investimentos em curso referem-se a dispêndios com a execução de contratos-programa celebrados entre a SRUFÁTIMA e o Município de Ourém, também abordados no ponto 3.5.

Relativamente a depreciações e amortizações, no âmbito dos nossos trabalhos verificámos os mapas de depreciações elaborados, nomeadamente, quanto ao valor dos activos brutos, depreciações do período e depreciações acumuladas, e a sua conformidade com os valores constantes das Demonstrações Financeiras. Analisámos também as taxas de depreciação e amortização que estão a ser utilizadas.

3.2.2. Activo corrente

Rubrica	31/12/2010		31/12/2009		Variação 10/09	
	€	%	€	%	€	%
Activo corrente						
Inventários	13.013,29	1,5%	7.394,00	0,4%	5.619,29	76,0%
Clientes	53.199,70	6,2%	23.230,40	1,4%	29.969,30	129,0%
Estado e outros entes públicos	3.303,73	0,4%	7.180,45	0,4%	(3.876,72)	-54,0%
Outras contas a receber	738.772,29	86,7%	1.576.738,28	92,8%	(837.965,99)	-53,1%
Diferimentos	1.063,17	0,1%	2.297,95	0,1%	(1.234,78)	-53,7%
Caixa e depósitos bancários	42.700,43	5,0%	81.975,21	4,8%	(39.274,78)	-47,9%
Total	852.052,61	100,0%	1.698.816,29	100,0%	(846.763,68)	-49,8%

Relativamente ao quadro acima e para o ano em apreço refira-se que:

- O saldo da rubrica de Estado e outros entes públicos corresponde a pagamentos especiais por conta, dedutíveis à colecta de imposto de períodos futuros.
- O Município de Ourém representa a totalidade das contas a receber de clientes a 31/Dez, tendo sido esta entidade incluída no processo de confirmação externa de saldos.
- O saldo da rubrica de outras contas a receber refere-se a importâncias a receber do Município de Ourém, no âmbito dos contratos-programa celebrados, no total de € 738.772,29.
- Para a rubrica de depósitos bancários, analisámos e testámos os mapas de reconciliação bancária preparados pelos serviços de contabilidade, incluindo a revisão dos itens de reconciliação mais significativos e verificação da sua regularização subsequente.

3.3. Passivos

Rubrica	31/12/2010		31/12/2009		Variação 10/09	
	€	%	€	%	€	%
Passivo						
Fornecedores	82.113,36	9,8%	18.563,96	0,5%	63.549,40	342,3%
Estado e outros entes públicos	14.711,58	1,8%	5.834,98	0,2%	8.876,60	152,1%
Financiamentos obtidos	48.887,16	5,8%	67.847,88	1,8%	(18.960,72)	-27,9%
Outras contas a pagar	520.385,25	62,0%	3.618.175,73	94,0%	(3.097.790,48)	-85,6%
Diferimentos	173.008,55	20,6%	138.181,18	3,6%	34.827,37	25,2%
Total	839.105,90	100,0%	3.848.603,73	100,0%	(3.009.497,83)	-78,2%

Relativamente ao quadro acima e para o ano em apreço refira-se que:

- Para as contas a pagar a fornecedores correntes, e fornecedores de investimentos incluídos em outras contas a pagar, procedemos à confirmação externa de saldos das principais contas, com referência a 31/12/2010.

Amf.

--- A rubrica de outras contas a pagar, para além de créditos devidos a fornecedores de investimento no montante de € 339.294,12, inclui:

↳ A dotação de valores de obra previstos no Projecto de Requalificação Urbana das 4 principais Vias de Entrada em Fátima, para compensação com os investimentos em curso, aquando da conclusão dos trabalhos, no valor de € 62.823,20.

↳ A estimativa de remunerações de férias e subsídio de férias imputáveis a 2010 e a liquidar em 2011, no total de € 46.181,15.

--- Para a rubrica de Estado e outros entes públicos, procedemos à verificação documental de pagamentos, confronto das importâncias pagas com importâncias devidas e conformidade com declarações entregues ao Estado e Segurança Social, com referência à observância dos respectivos prazos legais.

--- Adicionalmente, foram facultadas declarações de não dívida emitidas digitalmente pelo Serviço de Finanças de Ourém e pelo Serviço Segurança Social Directa.

3.4. Capitais próprios

Rubrica	31/12/2010		31/12/2009		Variação 10/09	
	€	%	€	%	€	%
Capital próprio						
Capital realizado	1.000.000,00	210,4%	1.000.000,00	158,8%	0,00	0,0%
Reservas legais						
Outras reservas						
Resultados transitados	(329.691,78)	-69,4%	(178.849,15)	-28,4%	(150.842,63)	84,3%
Outras variações no capital próprio	13.108,71	2,8%			13.108,71	
Resultado líquido do período	(208.157,39)	-43,8%	(191.521,46)	-30,4%	(16.635,93)	8,7%
Total	475.259,54	100,0%	629.629,39	100,0%	(154.369,85)	-24,5%

Relativamente ao quadro acima e para o ano em apreço refira-se que:

--- O resultado líquido negativo do período de 2010, combinado com os prejuízos já acumulados, conduz à insuficiência dos capitais próprios face ao capital social da Empresa, de acordo com o Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

--- A variação positiva na rubrica de resultados transitados resulta:

↳ Da aplicação do resultado líquido de 2009;

↳ Da transferência financeira de € 40.678,83 do Município de Ourém, correspondentes aos resultados de exploração após encargos financeiros, dando cumprimento a deliberação camarária de 20/07/2010 e em observância do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006.

--- O saldo da rubrica de outras variações no capital próprio corresponde ao montante de subsídios ao investimento (Loja de Reabilitação Urbana) por imputar a rendimentos do período na

demonstração dos resultados. Este valor será levado a rendimentos do período proporcionalmente à depreciação dos activos não correntes objecto de comparticipação.

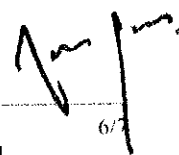
3.5. Contingências

- Os investimentos em curso incluem aproximadamente 156 mil euros de custos directamente associados à execução da empreitada de requalificação da EN 360 (Estrada de Minde) não previstos no respectivo contrato-programa. De acordo com esclarecimentos prestados, o desvio ocorrido deverá ser assumido pelo Município de Ourém, faltando apenas a sua aprovação formal.
- A formalização que tem vindo a ser adoptada para os contratos-programa celebrados com o Município de Ourém, envolvendo empreitadas sobre bens de domínio público, não permite a clarificação do respectivo enquadramento contabilístico e fiscal. Refira-se nomeadamente que as comparticipações do Município de Ourém daí decorrentes, nos custos de gestão da Empresa, são passíveis de enquadramento no conceito de prestação de serviços para efeitos de tributação em sede de IVA.

4. Recomendações e conclusões

- 4.1. Os contratos-programa celebrados com o Município de Ourém, no âmbito das atribuições específicas cometidas à Empresa e envolvendo empreitadas sobre bens de domínio público, têm repercussões em matéria do tratamento contabilístico e fiscal das operações daí decorrentes. Neste sentido, entendemos recomendar a clarificação da qualidade com que intervem a Empresa no quadro de cooperação estabelecido com Município.
- 4.2. Analisámos o relatório do Conselho de Administração, o qual satisfaz os requisitos legais, e verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Por último,



4.3. Concluimos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e Serviços da Empresa pelas informações e esclarecimentos prestados, contribuindo desta forma para o adequado desempenho das nossas funções.

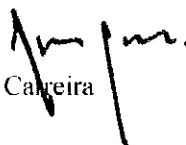
Leiria, 31 de Março de 2011

LCA, SROC

Representada por

José Maria de Jesus Carreira

ROC n.º 614



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 17.º dos Estatutos da **SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM** e da alínea g) do artigo 28.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29/12, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a actividade de fiscalização desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas, referentes ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração.

Relatório

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos com a regularidade e extensão consideradas necessárias, as actividades desenvolvidas e verificámos os registos e os documentos de síntese contabilística tendo ainda obtido todos os esclarecimentos que solicitámos à Administração e aos serviços da Empresa.
3. No seguimento dos trabalhos desenvolvidos é nossa convicção que o Relatório da Administração e as Contas explanam com clareza e suficiência a evolução da actividade da Empresa, os resultados do exercício e a posição financeira, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Neste sentido, procedemos à emissão da certificação legal das contas, a qual passa a fazer parte integrante deste relatório.
4. Constatámos que o total do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2010, evidenciado no Balanço, apresenta o valor de 475.259,54 euros. Sendo este montante inferior a metade do Capital Social, a redacção actual do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais obriga à convocação de uma Assembleia Geral com vista à informação dos sócios sobre esta situação afim de se tomarem as medidas julgadas convenientes.

5. No exercício em apreço foi apurado um resultado operacional, após encargos de financiamento, de € 207.169,44 negativos pelo que importa dar cumprimento ao disposto no Artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29/12.

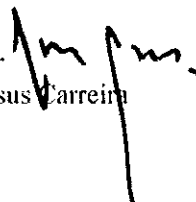
Parecer

6. Neste sentido, somos do parecer que o Executivo Camarário do Município de Ourém aprove:
- i. O Relatório de Gestão e as Contas de 2010;
 - ii. A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração no Relatório de Gestão.

Concluimos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e Serviços da Empresa pelas informações e esclarecimentos prestados, contribuindo desta forma para o desempenho das nossas funções.

Leiria, 31 de Março de 2011

LCA, SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carneira
R.O.C. n.º 614



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. O resultado líquido negativo do período de 2010, combinado com os prejuízos já acumulados, conduz à insuficiência dos capitais próprios face ao capital social da Empresa, de acordo com o Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, respeitante à perda de metade do Capital Social. Nestas circunstâncias, devem os sócios tomar as medidas julgadas por convenientes para a resolução desta insuficiência.
9. No âmbito de contratos-programa celebrados com o Município de Ourém, a Empresa, durante os períodos de 2007, 2008 e 2009, procedeu ao reconhecimento de activos fixos em curso correspondentes a encargos de estrutura que excederam os montantes previstos contratualmente. Não representando esses activos quantias passíveis de recuperação, a consequentemente correcção foi objecto de tratamento retrospectivo pelo que o efeito da mesma, ascendendo a cerca de 243 mil euros, encontra-se reflectido no comparativo de 2009 das Demonstrações Financeiras e nas correspondentes Notas.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 31 de Março de 2011

LCA, SROC

Representada por

José Maria de Jesus Carreira

R.O.C. n.º 614

